

O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa

António Costa Pinto

A RESPOSTA AO PROBLEMA DA QUEDA DA DITADURAS é de grande dificuldade e a extrema longevidade do Salazarismo aí está para o provar. Os historiadores das próximas gerações verão, talvez, movimentos sociais radicalizando-se no Marcelismo, dirão que foi o movimento de crescimento económico dos anos 60, com as suas novas classes médias a demarcarem-se do regime, enquanto outros irão ensaiar hipóteses conspirativas mais complexas, vendo nos militares, por exemplo, uma vocação democratizante delineada desde os anos 50. No entanto, estes elementos de explicação estão longe de ser claros e em várias ocasiões a queda da Ditadura seria mais previsível: na sequência da derrota do fascismo, em 1945; com o movimento de desafeção expresso na campanha eleitoral do General Humberto Delgado; na conjuntura do início da guerra colonial e do golpe de Estado do General Botelho Moniz; para dar apenas 3 exemplos.

A grande singularidade do caso português foi precisamente a intervenção democratizante do movimento dos capitães, rara senão única neste século, e que estava longe de ser previsível, muito embora a guerra colonial os tivesse tornado actores inevitáveis de qualquer mudança política¹.

Apesar do efeito surpresa, a intervenção militar deu-se num contexto ditatorial onde existiam elites alternativas com laços sólidos com vários segmentos da sociedade civil. A presença de uma oposição semi-legal e clandestina diversificada ao Salazarismo, e a emergência da «ala liberal», dissidente do Marcelismo, muito embora com escassa ligação aos militares que desencadearam o golpe de estado, foi fundamental, pois constituiu de imediato uma opção legitimada pelo combate à Ditadura².

O 25 de Abril abriu a 3ª vaga dos processos de democratização, iniciados na Europa do Sul³. Numa perspectiva comparada, no entanto, ela apresentou singularidades marcantes. Ainda sem grandes estrangimentos internacionais

O 25 de Abril abriu a 3ª vaga dos processos de democratização, iniciados na Europa do Sul. *Diário de Lisboa*, 28 de Abril de 1974. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.



pró-democratizadores e em plena guerra fria, a ruptura provocada pelos militares, deu lugar a uma crise acentuada do Estado, potenciada pela simultaneidade entre democratização e descolonização⁴.

Considerando transição como «o período fluido e incerto em que as estruturas democráticas estão e emergir», mas onde ainda não é claro que regime vai ser instaurado, a fase mais complexa do caso português decorre entre 1974 e 1976, com a aprovação da Constituição e as eleições legislativas e presidenciais. Concentraram-se nestes dois anos tensões poderosas na sociedade portuguesa, com alguns elementos de uma conjuntura revolucionária.

Ao contrário de Espanha, Portugal conheceu uma transição por ruptura, ou seja sem qualquer pacto ou negociação entre a elite da Ditadura e as oposições, mas não existe uma relação directa

entre esta acentuada descontinuidade e alguma radicalização subsequente.

Muito embora uma mobilização anti-ditatorial diversificada tenha sido determinante nos primeiros dias após o 25 de Abril, nomeadamente na imediata dissolução das instituições mais conotadas com o Estado Novo, como a PIDE ou o Partido único, e nas ocupações de muito sindicatos, organismos corporativos e Câmaras Municipais, o primeiro governo provisório, uma parte da elite militar e das organização de interesses apontavam para uma rápida institucionalização de um regime democrático, baseado na convocação rápida de eleições e com eventuais contornos presidenciais. A própria dinâmica da formação e legalização dos partidos políticos era disso símbolo.

A clivagem em torno da descolonização, motor inicial do conflito entre muitos dos obreiros do golpe e o General Spínola, marcou a emergência política do MFA. Reside aqui, creio, a abertura de um espaço de mobilização política e social e concomitante crise do Estado, que pode explicar a incapacidade das elites moderadas dominarem «por cima» a rápida institucionalização da democracia representativa. Muitas análises da transição portuguesa salientaram justamente esta «revitalização da sociedade civil», como factor de radicalização, mas convém sublinhar que esta se desenvolve em paralelo com a predominância deste «chapéu» protector e é dificilmente imaginável sem ele.

Os tímidos movimentos de ruptura simbólica e de elites com o passado começaram então a desenvolver-se. O rápido e multidirecionado movimento de «saneamentos» foi disso exemplo. Após uma rápida decisão de afastamento dos elementos mais «visíveis» da elite política da Ditadura e de alguns militares conservadores, este movimento de «desfascização» começou a envolver a administração pública e o sector privado, caracterizou-se pela sua progressiva radicalidade,



«O desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas são exemplos de uma maior complexidade, que passou pelos casos da Emissora Católica Rádio Renascença e do jornal *República*».

atingindo quadros muito abaixo da elite política central do regime deposto, ainda que de forma muito desigual. As reivindicações de criminalização política da PIDE e de outros organismos repressivos também cresceu.

Foi também sob esta pressão que os partidos que iriam representar a direita e o centro-direita se formaram. Após a ilegalização de várias formações com o 28 de Setembro e o 11 de Março, o CDS, responsável pela integração no sistema democrático de segmentos mais autoritários da sociedade portuguesa, iria estar na fronteira da ilegalização até às primeiras eleições em 25 de Abril de 1975.

A queda de Spínola, a aceleração da descolonização, a reforma agrária e as nacionalizações, são símbolos e motores de uma acentuada crise do Estado que alimentaram poderosos movimentos sociais. A decisão do MFA de respeitar o calendário eleitoral foi o elemento central da abertura de uma legitimidade fundadora do regime democrático e a sua realização em 25 de Abril de 1975, dotou os partidos moderados de uma alavanca poderosa.



Seria simplista considerar o «verão quente» de 1975, apenas como a tentativa de o PCP impor um ditadura apoiada pela União Soviética. Muito embora seja natural que a elite política democrática tenha concentrado aqui o fundamental do seu discurso fundador, ele está longe de esgotar o tema. O desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas são exemplos de uma maior complexidade, que passou pelos «casos» da Emissora Católica Rádio Renascença e do jornal *República*, ou pela dinâmica de ocupação de propriedade urbana em Lisboa. As clivagens políticas no interior das forças armadas também introduziram alguma autonomia que não pode ser recorvertida em mera «conspiração programada». Mais uma vez, como salientou um analista da transição portuguesa, a crise de Estado foi um «factor de oportunidade» para alguma radicalização dos movimentos sociais e este factor não deverá ser evacuado da análise do período⁵.

Portugal conheceu então uma conjuntura de polarização rara neste século, sobretudo pela mobilização anti-revolucionária da província. Muito embora protagonizada pelo PS e PSD em Lisboa e no Porto, à medida que o sector moderado do MFA se preparava para o 25 de Novembro, a mobilização de província a norte do Tejo só é possível com a entrada em cena da hierarquia da Igreja Católica e a mobilização paroquial, em conjugação com a notabilidade local. Acompanhada pela mobilização de elementos de direita e extrema direita, militares e civis, a ofensiva anti-esquerdista passou por uma onda de violência política contra as sedes do PCP, da extrema esquerda e sindicatos e eles associados.

Portugal sofreu, durante o curto período de 1974-75, uma significativa intervenção externa, não só diplomática, como também na própria

estruturação dos partidos políticos, organizações da sociedade civil (como sindicatos e organizações de interesse) e na estratégia anti-esquerdistas no «verão quente» de 1975. Por outro lado, o caso português foi tema divergente nos *forum* internacionais, da NATO, à CEE, passando pela relações entre estas instituições e o então bloco socialista, dirigido pela União Soviética. Quaisquer que sejam os indicadores escolhidos, parece não oferecer dúvidas que o período de 1974-75 em Portugal conheceu grande «saliência internacional».

Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização, particularmente em Angola.

Utilizaram-se então métodos herdados do após guerra, particularmente em Itália. Perante uma fortíssima mobilização política e social esquerdista, um tecido económico com um forte sector nacionalizado e a fuga generalizado de capitais e da própria elite económica, os partidos moderados só conseguiram um mínimo de implantação e funcionamento nesta conjuntura de crise com um apoio financeiro e de formação de quadros significativo por parte da administração norte-americana e das organizações internacionais das «famílias políticas» europeias, com as segundas servindo por vezes de mediadoras do apoio da primeira.

A intervenção militar de 25 de Novembro marcou o passo do processo de consolidação da democracia, com as eleições legislativas e presidenciais de 1976. Muito embora com heranças importantes da transição inscritas na Constituição e uma presença militar no sistema político que se arrastará até ao final dos anos 70, deram-se neste período os passos fundamentais da consolidação da democracia.

Em 1990, para surpresa de vários sectores da opinião pública, Portugal abandonou o campo dos «países subdesenvolvidos» onde tinha estado desde que o conceito tinha sido inventado. Depois de dois acordos complexos com Fundo Monetário Internacional, um fluxo de fundos comunitários de

[illegible]

«Apanhada de surpresa pelo golpe, a comunidade internacional, com particular relevo para os EUA, concentrou-se no apoio às forças políticas democráticas de centro esquerda e de direita, na metrópole, e no acompanhamento e intervenção no rápido processo de descolonização».

Expresso, 1 de Junho de 1974.

N.º 74 - 1 - JUNHO - 1974 - 5500

Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PINTO BALSEMÃO SEDE: RUA DUQUE DE PALMEIRA 37-2.º OT • TELEFONES 5559 66/9-5 25 69 LISBOA

24 horas em vigor

No Ministério do Trabalho comissões legislativas estudam nova regulamentação

FORAM aprovadas no Ministério do Trabalho comissões legislativas para estudar a nova regulamentação das relações de trabalho. As comissões legislativas, sob a presidência de António Costa Gomes, vão estudar a nova regulamentação das relações de trabalho. As comissões legislativas, sob a presidência de António Costa Gomes, vão estudar a nova regulamentação das relações de trabalho.

Industriais respondem a Interindustrial

UMA INICIATIVA dos industriais portugueses, na forma de uma Confederação da Indústria Portuguesa, vai estudar a regulamentação das relações de trabalho. As comissões legislativas, sob a presidência de António Costa Gomes, vão estudar a nova regulamentação das relações de trabalho.

Jornal "Revolução" órgão do P. R. P.

UMA INICIATIVA dos industriais portugueses, na forma de uma Confederação da Indústria Portuguesa, vai estudar a regulamentação das relações de trabalho. As comissões legislativas, sob a presidência de António Costa Gomes, vão estudar a nova regulamentação das relações de trabalho.

Em Paris com Senghor a delegação portuguesa às conversações de Londres

LEONORA D'AMORIM LIMA e ANTONIO COSTA GOMES, membros da delegação portuguesa às conversações de Londres, chegaram a Paris. A delegação portuguesa, sob a presidência de António Costa Gomes, vai estudar a nova regulamentação das relações de trabalho.

Administração local: partidos não querem representação unitária

A POLÍTICA, que visa a ser adoptada pelo novo Ministério da Administração Local, vai estudar a nova regulamentação das relações de trabalho. As comissões legislativas, sob a presidência de António Costa Gomes, vão estudar a nova regulamentação das relações de trabalho.

Henrique Galvão: A ODISSEIA DA LIBERDADE
Página 22 e 23

A (-NOVA-) ESTRATEJA DA DIREITA PORTUGUESA
Página 2

O RAPTO DE MARIO SOSSI E AS BRIÇAS DAS VERMELHAS
Página 9

Salazar um teste para o 25 de Abril
Página 17

LUTA DE CLASSES: GREVE E SOCIALISMO
Página 21

Galvão de Melo na RTP provoca polémica
Página 7